



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

6299 - Trabalho Completo - XIII Reunião Científica da ANPEd-Sul (2020)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 08 - Educação Superior

INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO DISCURSO DA UNESCO (2015): OS 8 OBJETIVOS DO MILÊNIO

Silmara Terezinha Freitas - UNOESC - Universidade do Oeste de Santa Catarina

Maria de Lourdes Pinto de Almeida - UNOESC - Universidade do Oeste de Santa Catarina

Diego Palmeira Rodrigues - UNOESC - Universidade do Oeste de Santa Catarina

INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO DISCURSO DA UNESCO (2015): OS 8 OBJETIVOS DO MILÊNIO

O objetivo dessa investigação foi analisar como a internacionalização das universidades é fomentada pelos organismos multilaterais, para compreender quais são os interesses em voga. Esse estudo justifica-se pela necessidade de desenvolver pesquisa com essa temática para além da conexão com a globalização, e sim para reforçar a discussão da (re) construção de políticas públicas educacionais para o Brasil, que conduzam para além da mercadorização da educação e sim para uma educação emancipatória.

A metodologia de análise para o estudo foi a histórico crítica por meio de pesquisa bibliográfica e documental, tendo como base o discurso presente em um documento emitido pela Unesco em 2015, intitulado “Educação para o século 21: Os 8 objetivos de desenvolvimento do milênio”.

A título de informação, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) foi fundada oficialmente em quatro de novembro de 1946, após a Segunda Guerra Mundial e, atualmente, conta com 193 estados-membros. Seu objetivo é baseado na garantia da paz pela cooperação intelectual entre as nações. Em síntese, é uma agência especializada das Nações Unidas (ONU) para a educação, a ciência e a cultura. Conforme o *site* da própria Unesco, seu propósito existencial está baseado em fazer avançar, através das relações educacionais, científicas e culturais entre todos os povos, os objetivos da paz internacional e do bem-estar comum da humanidade. (UNESCO, 2003)

Este estudo constituiu-se de uma breve abordagem sobre como os processos de internacionalização da educação superior figuram nos discursos de organismos multilaterais, haja vista que a incorporação da temática internacionalização para aprimoramento da qualidade nas universidades estendeu-se em escala global neste início do século XXI, intensificada pela globalização de bens e serviços culturais. Neste contexto, fortalecida por iniciativas que atendem às demandas capitalistas, a internacionalização, faz com que as instituições de ensino e pesquisa confirmem prioridade aos conhecimentos com valor de mercado, conforme alude Santos Filho (2018, p. 186): “[...] por motivos acadêmicos,

culturais e políticos, a internacionalização vem evoluindo, por razões econômicas, para oferecer serviços educacionais como uma *commodity*”.

Segundo Krawczyk (2008) a relação de aproximação entre Estados nacionais e organismos multilaterais no contexto da América Latina quanto à formulação de políticas educacionais, iniciou na década de 1940, quando o impulso aos processos de industrialização e a complexidade requerida para a administração dos governos, trouxeram à tona a necessidade de formação humana em áreas específicas.

Neste contexto, em que a educação (principalmente a de nível superior) é empregada como ferramenta de impulso ao crescimento econômico, é importante compreender os discursos produzidos por organizações internacionais e agências nacionais de regulação.

A escolha do documento “Educação para o século 21: Os 8 objetivos de desenvolvimento do milênio”, deu-se pelo fato de o mesmo conter um discurso que explicitamente reflete o interesse de organismos internacionais na educação, estabelecendo recomendações em favor do desenvolvimento econômico. O documento tem como marco histórico o ano de 2000, momento no qual 189 países-membros da Organização das Nações Unidas (ONU) pactuaram a Declaração do Milênio, que, segundo a UNESCO, é “o mais importante compromisso internacional em favor do desenvolvimento e da erradicação da pobreza no mundo” (site da agência).

A partir desse documento, cada país em tese, deveria concentrar esforços para alcançar uma sociedade próspera e igual, o que sob a lógica capitalista temos clareza ser impossível acontecer. No caso do Brasil, os oito objetivos foram usados para a elaboração do atual Plano Nacional de Educação 2014 - 2024 (BRASIL, 2014), o qual possui 24 metas e 48 indicadores. Cabe refletir se os objetivos do milênio não são apenas mais uma maneira de “consentir” e “negociar” os interesses do capital representados pelos organismos multilaterais.

Pela expressão, “Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODM”, já encontramos indícios da educação sendo usada como moeda de troca para acordos financeiros e empréstimos de países para com os organismos multilaterais. É importante destacar que, não é em todos os objetivos que a educação aparece explicitamente, contudo, ela vincula-se às ações de desenvolvimento para alcançar cada um dos objetivos propostos no documento.

No quadro abaixo apresentamos, resumidamente, o caso do Brasil referente aos ODM e as ações para alcançá-los, a fim de que se possa ter uma síntese geral da dimensão dos assuntos enfocados nos objetivos do milênio:

Quadro 1: Ações do Brasil para alcançar os oito objetivos do milênio.

Objetivo 01: Redução da pobreza	
Desdobramento do objetivo em ação:	Enfocando as pessoas que vivem situações de maior vulnerabilidade social, as ações previstas para o objetivo situam-se no aumento do acesso aos serviços básicos, bem como no apoio às comunidades afetadas por conflitos e desastres relacionados ao clima. De maneira geral, o desdobramento do objetivo em ação é “Acabar com a pobreza em todas as suas formas e dimensões” visando o desenvolvimento humano justo (p.22).
Objetivo 02: Atingir o ensino básico universal	

Desdobramento do objetivo em ação:	A ação consiste na universalização do ensino básico gratuito a todos a todas as crianças até o ano de 2030. E também acesso igualitário e a baixo custo para formação profissional, com o intuito de eliminação de disparidade de riquezas.
Objetivo 03: Igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres	
Desdobramento do objetivo em ação:	Fornecer direitos e recursos econômicos iguais para mulheres, como acesso à terra e propriedade, garantia do acesso universal à saúde sexual e reprodutiva. Combater a violência doméstica e eliminar as disparidades entre os sexos em todos os níveis de ensino.
Objetivo 04: Reduzir a mortalidade na infância	
Desdobramento do objetivo em ação:	Implantar políticas, programas e ações para reduzir a mortalidade na infantil.
Objetivo 05: Melhorar a saúde materna	
Desdobramento do objetivo em ação:	Ampliar a proteção das mães durante a gestação e o parto. Diminuir o aumento da mortalidade por câncer de mama e de colo de útero. Reorganizar os sistemas e programas de saúde na atenção básica e hospitalar e nas formas de regulação e controle.
Objetivo 06: Combater o HIV/Aids, a malária e outras doenças	
Desdobramento do objetivo em ação:	Cessar o contágio e reduzir o HIV/AIDS. Ampliar a cobertura do tratamento, para garantir sua efetividade.
Objetivo 07: Garantir a sustentabilidade ambiental	
Desdobramento do objetivo em ação:	Praticar o desenvolvimento sustentável, reduzindo a fração de habitantes sem acesso ao saneamento básico. Integrar políticas e programas para reduzir a devastação e destruição da fauna e da flora.
Objetivo 08: Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento	
Desdobramento do objetivo em ação:	Desenvolver conjuntos econômicos de capital aberto. Atender às necessidades especiais, dentre elas às educacionais, de países menos desenvolvidos.

Fonte: os autores a partir de Brasil (2014).

Tendo em vista o quadro apresentado, enfocamos nesta análise o objetivo oito: “Estabelecer uma Parceria Mundial para o Desenvolvimento”, partindo do pressuposto da relação deste objetivo com o objeto desta investigação, que são os processos de internacionalização da educação superior.

Quando o relatório menciona que “[...] a cooperação técnica do Brasil focaliza a formação de recursos humanos, notadamente na capacitação de formadores, de modo a garantir a sustentabilidade e a multiplicação do conhecimento compartilhado” (BRASIL, 2014, p. 128), percebemos a faceta da internacionalização pela abordagem de questões relativas à cooperação internacional na graduação e pós-graduação das IES brasileiras, citadas como exemplos de implantação de políticas públicas de cooperação internacional (educacional, científica e tecnológica), desenvolvidas entre países.

No tocante à educação, tratado no documento pelo termo “cooperação educacional”, são apresentadas como plano de ação, as seguintes iniciativas:

- Estimular projetos de incentivo à instrução e qualificação técnica capacitada dos jovens com menor poder aquisitivo, objetivando sua inserção no mercado de trabalho, através de atividades oferecidas por empresas, associações e comunidade;
- Impulsionar voluntários para idealizar circunstâncias para o aprendizado e coordenação em sua área de atuação;
- Incentivar projetos de desenvolvimento de oportunidades de aspiração de ensino e contratação de jovens nas pequenas e médias empresas;
- Incentivar projetos e parcerias para inserção digital de pessoas carentes. (BRASIL, 2014, p. 135-136)

Nesta perspectiva, os objetivos e as ações servem como um norteador do Estado para desenvolver políticas articuladas, num contexto global de desenvolvimento. Contudo, o que fica visível é a redução das responsabilidades sociais do Estado quando, no documento, é mencionada a questão do voluntariado e parcerias privadas. No que tange à educação, a menção ao aumento nos investimentos e a cooperação internacional passam a impressão que será possível a todas as crianças completarem a educação básica gratuita, e, também, que todos os jovens poderão cursar o ensino técnico e superior. Um discurso humanitário e sedutor, no qual está implícito a relação direta entre o Estado com os setores empresariais que visam lucros com a formação de mão de obra qualificada. Relacionado a isso, conforme afirma Tello (2015, p. 257), em meio a tantas orientações advindas de relatórios produzidos por organismos multilaterais “consolidan su talante mercantilista y la siempre mentada reducción del Estado como possibilidade de generar La modernización del Estado”.

Nesta direção de entendimento do contexto mercantilista atribuído pelos organismos multilaterais à educação, Carvalho e Barcellos em 2014, produziram um artigo intitulado: “Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM: Uma avaliação crítica”. Os autores apresentam um balanço crítico referente aos ODM com foco específico na implantação de tais objetivos no contexto brasileiro, afirmando que os objetivos estão muito além das possibilidades dos países, pois:

[...] foco excessivo em metas internacionais que, implicitamente, também seriam metas nacionais, mas que não levaram em consideração as desigualdades entre as nações; número exagerado de indicadores de acompanhamento; metas demasiadamente ambiciosas e, até certo ponto inatingível, que demandavam estatísticas inexistentes em muitos países; metas de difícil monitoramento; metas e indicadores não adequados ao ODM e não articulados entre si; problemas metodológicos na formulação de metas e indicadores; priorização de metas quantitativas em detrimento das qualitativas, etc. (CARVALHO; BARCELLOS, 2014, p.15)

Assim, ressaltamos que os discursos de organismos multilaterais, como Unesco e Banco Mundial, por exemplo, denotam alinhamento com uma educação neoliberal, que enfatiza tanto a mercantilização quanto a redução das responsabilidades do Estado sobre a educação, com intervenções que possibilitam espaço para a atuação do setor privado. Essas

intervenções no caso da educação superior refletem-se na redução da autonomia universitária.

Igualmente, corroborando com nossa discussão nesta análise documental, Silva (2002) afirma sobre o Banco Mundial:

O que os documentos omitem são as particularidades, a memória, as experiências, as necessidades e a cultura de cada país. Desconsideram também os estudos fundamentados em princípios filosóficos que apregoam ser os fatores invisíveis e os externos determinantes dos sistemas educacionais de ensino. (SILVA, 2002, p. 85).

O agravante, de acordo com a transcrição acima, são as estratégias políticas orientadas pelos organismos, que desconsideram a história cultural e social dos países, levando em conta, apenas, a racionalidade técnica e linear pelo viés economicista. Desta maneira, na prática, especificamente na realidade latino-americana, as intervenções corroboram com o aumento da desigualdade de classes e aumento da dependência econômica (empréstimos) dos países devedores.

Nesse cenário de imposição e “recomendações” para a educação, os organismos multilaterais vão legitimando suas intenções mercadológicas e, nesse contexto, os processos de internacionalização da educação superior aparecem como uma estratégia de competitividade internacional para as IES.

Em contradição a realidade posta pelos documentos de OM, entendemos que os desafios para a universidade, relativos aos processos de internacionalização da educação superior são vários:

[...] a internacionalização da educação e a circulação de ideias em escala global não podem ser considerados modas ou fatos sociais fortuitos. Na realidade são fenômenos necessários para a comunicação entre os povos e para a difusão da cultura e do conhecimento acumulados pela humanidade. (AZEVEDO 2011 apud AZEVEDO; SILVA JÚNIOR; CATANI, 2015, p. 12).

Com a intensificação de políticas neoliberais, o compartilhamento do conhecimento em nível global pelos processos de internacionalização, tem a propriedade de emancipação, superando a alienação imposta pela sociedade capitalista, evidenciando e garantindo a educação como uma atividade humana emancipadora.

Palavras-chave: Unesco. Políticas Educacionais. Educação para o século 21.

Referências

AZEVEDO, M. L. N.; SILVA JÚNIOR, J. R.; CATANI, A. M. A internacionalização da educação superior em diálogos: circulação de ideias, bem público e imperialismo cultural. *In*

AZEVEDO, M. L. N.; SILVA JÚNIOR, J. R.; CATANI, A. M. (Orgs). **Educação superior: internacionalização, mercantilização e repercussões em um campo de disputas**. Belo Horizonte: Fino Traço, p. 49-67, 2015.

BRASIL. **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: Relatório Nacional de Acompanhamento 2014**. Brasília: Ipea: MP, SPI, 2014.

CARVALHO, P. G. M.; BARCELLOS, F. C. Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM: Uma avaliação crítica. **Sustentabilidade em Debate**, Brasília, v. 5, n. 3, p. 222-244, 2014.

KRAWCZYC, N. R. As políticas de internacionalização das universidades no Brasil: o caso da regionalização no Mercosul. **Jornal de Políticas Educacionais**, Curitiba, n. 4, jul./dez. 2008.

SANTOS FILHO, J.C. Internacionalización de la educación superior: redefiniciones, justificativas y estrategias. **Espaço Pedagógico**, Passo Fundo, v. 25, n. 1, p. 168-189, jan./abr. 2018.

SILVA, M. A. **Intervenção e consentimento: a política educacional do Banco Mundial**. Campinas, SP: Autores Associados; São Paulo: Fapesp, 2002

TELLO, C. G. Los orígenes del processo de Bologna en Latinoamérica. *In*: ALMEIDA, M. L. P.; FAVERO, A.; CATANI, A. M. **O Espaço Europeu de Educação Superior (EEES) Para Além Da Europa: Apontamentos e discussões sobre o chamado Processo de Bolonha e suas influências**. 1. ed. Curitiba/Buenos Aires: CRV/Editora Livre da CLACSO, v. 1. p. 251–262. 2015.

UNESCO. **Educação superior: reforma, mudança e internacionalização**. Brasília: Unesco Brasil; Sensu. 2003.

UNESCO. **Educação para o século 21: os 8 objetivos de desenvolvimento do milênio**. Paris: UNESCO, 2015.